ISSN: 2358-8829

A INFRAESTRUTURA ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO PIEMONTE NORTE DO ITAPICURU (BA)

João Santos da Silva Júnior [1]

INTRODUÇÃO

A Educação do Campo resulta de lutas históricas pelo reconhecimento dos povos do campo como sujeitos de direitos e pela construção de uma escola vinculada às condições concretas de vida, trabalho e cultura desses territórios. Essa perspectiva contrapõe-se à concepção tradicional de Educação Rural, marcada pela transposição de modelos urbanos e por condições educacionais frequentemente precarizadas. Nesse contexto, a infraestrutura escolar não constitui aspecto secundário: saneamento, espaços de planejamento e docência, bibliotecas, tecnologias e acessibilidade integram as condições objetivas de realização do trabalho educativo.

A discussão encontra fundamento na Pedagogia Histórico-Crítica. Para Saviani (2013), cabe à escola socializar o conhecimento sistematizado, o que pressupõe condições materiais que possibilitem a realização de sua função social. Arroyo (2011), ao compreender o território como espaço de relações e disputas, permite analisar as condições oferecidas às escolas do campo como expressão de prioridades e contradições das políticas públicas. Assim, garantir matrícula sem assegurar estrutura adequada pode manter formas desiguais de acesso ao conhecimento.

O estudo tem como objetivo analisar as condições materiais e a infraestrutura das escolas do campo destinadas aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Território de Identidade Piemonte Norte do Itapicuru (BA), considerando Andorinha, Antônio Gonçalves, Caldeirão Grande, Campo Formoso, Filadélfia, Jaguarari, Pindobaçu, Ponto Novo e Senhor do Bonfim. A investigação, de natureza quanti-qualitativa e orientada pelo Materialismo Histórico-Dialético, utilizou microdados do Censo Escolar de 2024 e 2025. O universo compreendeu 310 escolas rurais, das quais 208 ofertavam os Anos Iniciais. Os resultados foram organizados em quatro eixos: saneamento e estrutura básica; espaços de gestão e docência; espaços pedagógicos e tecnologia; e acessibilidade e inclusão. Os achados revelam que a ampliação do acesso formal convive com limitações estruturais que restringem a materialização plena do direito à educação.

METODOLOGIA (OU MATERIAIS E MÉTODOS)

[1]Mestrando em Educação e Diversidade pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Diversidade (PPGED), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus IV. Membro do Grupo LEPEL-UNEB. E-mail: joaosantos088@gmail.com.

ISSN: 2358-8829

A pesquisa caracteriza-se como quanti-qualitativa e fundamenta-se no Materialismo Histórico-Dialético (MHD), perspectiva que possibilita compreender a infraestrutura escolar em articulação com as relações sociais, históricas e políticas que condicionam a oferta educacional no campo. A fonte empírica foi constituída pelos microdados oficiais do Censo Escolar de 2024 e 2025, disponibilizados pelo MEC/INEP.

Foram analisadas 310 unidades escolares rurais dos nove municípios do recorte territorial, sendo 208 com oferta dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Também foram considerados os dados de matrícula rural e urbana dessa etapa. Após o levantamento, os indicadores de infraestrutura foram tabulados e organizados em quatro eixos analíticos: (1) saneamento e estrutura básica; (2) espaços de gestão e docência; (3) espaços pedagógicos e tecnologia; e (4) acessibilidade e inclusão. A interpretação articulou os dados quantitativos às condições objetivas da Educação do Campo, buscando compreender as contradições entre a garantia formal do acesso e a materialidade disponibilizada às escolas.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação do Campo reconhece o campo como território de vida, trabalho, cultura e produção de conhecimentos. Nessa direção, Arroyo (2011) evidencia que as disputas educacionais se relacionam às disputas por território, conhecimento e reconhecimento dos sujeitos historicamente marginalizados. Analisar a escola do campo, portanto, exige ultrapassar sua localização geográfica e considerar as condições concretas em que o direito à educação se realiza.

A infraestrutura integra essas condições. Prédios adequados, saneamento, bibliotecas, recursos tecnológicos, espaços para professores e acessibilidade constituem a base material do trabalho educativo. Na perspectiva de Saviani (2013), a função escolar de socialização do saber sistematizado não se reduz à existência da matrícula: requer condições que possibilitem a apropriação do conhecimento. Quando tais condições são insuficientes, evidencia-se a contradição entre o reconhecimento formal do direito e sua materialização.

As condições estruturais também repercutem sobre o trabalho docente. Ramos (2020), ao discutir sua precarização na Educação do Campo, permite relacionar a ausência de ambientes de planejamento, gestão e docência às condições objetivas de exercício profissional. Dessa forma, infraestrutura, trabalho docente e acesso ao conhecimento compõem uma totalidade que permite problematizar em que condições a escola pública realiza sua função social nos territórios rurais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

ISSN: 2358-8829

Os dados evidenciam a expressividade da Educação do Campo nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Em cinco dos nove municípios - Caldeirão Grande, Campo Formoso, Jaguarari, Ponto Novo e Pindobaçu - as matrículas rurais superam as urbanas. Campo Formoso registra 3.499 matrículas rurais, diante de 1.406 urbanas, e Jaguarari apresenta 1.411 no campo e 499 na cidade. Esses números demonstram que a escolarização rural não ocupa posição residual no território e reforçam a necessidade de condições materiais compatíveis com o contingente atendido.

Tabela 1 – Número de alunos matriculados nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental em 2025

Município	Rural	Urbano
Caldeirão Grande	611	313
Antônio Gonçalves	268	385
Campo Formoso	3.499	1.406
Andorinha	415	590
Jaguarari	1.411	499
Ponto Novo	789	679
Pindobaçu	889	488
Senhor do Bonfim	1.542	2.069
Filadélfia	435	688

Fonte: Censo Escolar 2025, MEC.

Saneamento e estrutura básica

No primeiro eixo, embora haja cobertura de serviços como energia e alimentação, 83,87% das escolas rurais analisadas (260 unidades) utilizam fossas sépticas e 12,26% (38 escolas) realizam a queima de resíduos sólidos. Os dados revelam que avanços em determinados serviços convivem com limitações no saneamento e na destinação de resíduos. Essas condições integram a materialidade cotidiana da escola e mostram que o direito à educação também depende de ambientes adequados à permanência dos estudantes.

Espaços de gestão e docência

Apenas 34,52% das escolas (107 unidades) possuem sala de professores e 37,74% (117) dispõem de sala de diretoria. A maioria, portanto, não conta com espaços específicos para atividades de planejamento, estudo, avaliação e organização do trabalho escolar. Em diálogo com Ramos (2020), essa insuficiência evidencia uma dimensão material da precarização do trabalho docente, pois as condições profissionais também envolvem a estrutura disponibilizada para o exercício das funções pedagógicas e de gestão.

Espaços pedagógicos e tecnologia

O terceiro eixo revela uma contradição expressiva: 95,48% das escolas possuem internet, mas somente 10,97% (34 unidades) dispõem de laboratório de informática, nenhuma registra projetor multimídia (Data Show) e apenas 11,61% (36 escolas) possuem biblioteca. A elevada conectividade, portanto, não é acompanhada por equipamentos e espaços pedagógicos equivalentes. A baixa presença de bibliotecas também limita o acesso a recursos essenciais à

ISSN: 2358-8829

socialização do saber sistematizado, função que Saviani (2013) atribui à escola. Os dados configuram um paradoxo entre acesso à rede e possibilidades concretas de utilização pedagógica das tecnologias.

Acessibilidade e inclusão

Somente 25,16% das escolas (78 unidades) apresentam acessibilidade plena e 27,10% (84 instituições) possuem Salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE). Esses percentuais acrescentam outra dimensão às desigualdades estruturais: às limitações historicamente associadas à escolarização no campo somam-se barreiras de acesso, circulação, participação e atendimento dos estudantes público da Educação Especial. A insuficiência dessas estruturas caracteriza uma situação de dupla vulnerabilidade no território analisado.

Considerados conjuntamente, os quatro eixos mostram que avanços pontuais convivem com limitações estruturais expressivas. A presença quase universal de internet contrasta com a escassez de laboratórios, bibliotecas e equipamentos; o funcionamento das escolas convive com insuficiências de saneamento, espaços de trabalho e acessibilidade. À luz de Arroyo (2011) e Saviani (2013), essas desigualdades devem ser compreendidas para além de deficiências técnicas isoladas, pois expressam as condições concretas em que as políticas educacionais alcançam os sujeitos do campo.

Os resultados evidenciam, assim, uma distância entre o acesso formal à escolarização e as condições materiais necessárias à sua realização. Diante do expressivo contingente atendido pelas escolas rurais, garantir apenas matrícula e funcionamento institucional, sem assegurar saneamento, ambientes pedagógicos, recursos tecnológicos, espaços docentes e acessibilidade, contribui para a permanência de uma oferta educacional mínima. A infraestrutura deve ser reconhecida como dimensão constitutiva do direito à educação e da possibilidade de a escola cumprir sua função social.

A leitura articulada dos indicadores também evidencia que as fragilidades não se distribuem em uma única dimensão da vida escolar. Saneamento, organização do trabalho docente, recursos pedagógicos e acessibilidade aparecem como aspectos interdependentes da materialidade educacional. Isso significa que a presença de um indicador favorável, como a conectividade, não elimina os limites produzidos pela ausência de outros recursos. A qualidade das condições escolares depende do conjunto de estruturas que sustenta o ensino, o planejamento, a permanência e a participação dos estudantes.

Essa constatação ganha maior relevância quando confrontada com a distribuição das matrículas. Em municípios nos quais o atendimento rural supera o urbano, as limitações estruturais atingem uma parcela central da população escolar dos Anos Iniciais. A

infraestrutura, nesse sentido, deixa de ser uma questão periférica de manutenção predial e passa a integrar o debate sobre igualdade de condições educacionais entre os diferentes territórios. O problema não se resume à existência física das unidades, mas às possibilidades concretas de desenvolver nelas um trabalho pedagógico socialmente referenciado.

A organização dos resultados em eixos permitiu observar, ainda, que a precarização assume formas distintas, mas convergentes. A insuficiência de espaços de professores e de gestão repercute sobre o trabalho escolar; a baixa presença de bibliotecas e laboratórios restringe recursos pedagógicos; as limitações de acessibilidade e de salas de AEE atingem diretamente as condições de inclusão. Em conjunto, esses elementos reforçam a necessidade de políticas que considerem a escola do campo em sua totalidade, evitando intervenções fragmentadas que ampliem um serviço sem enfrentar as demais necessidades estruturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise permitiu identificar contradições entre a relevância da Educação do Campo no Piemonte Norte do Itapicuru e as condições materiais disponibilizadas às escolas. Os quatro eixos evidenciaram que avanços, como a ampla presença de internet, coexistem com baixa disponibilidade de bibliotecas, laboratórios, espaços de gestão e docência, estruturas de acessibilidade e salas de AEE, além de limitações de saneamento.

Essas fragilidades não devem ser compreendidas apenas como problemas arquitetônicos ou técnicos. A materialidade escolar integra as condições de realização do trabalho educativo e, consequentemente, da efetivação do direito à educação. Superar uma lógica de oferta mínima requer políticas públicas que considerem as especificidades territoriais e assegurem condições concretas para o acesso ao conhecimento, o trabalho docente e a inclusão. A infraestrutura escolar constitui, portanto, dimensão pedagógica, social e política fundamental à formação e à emancipação dos sujeitos do campo. Estudos posteriores poderão aprofundar as particularidades municipais e escolares do território.

Palavras-chave: Educação do Campo; Infraestrutura Escolar; Condições Materiais; Direito à Educação; Piemonte Norte do Itapicuru.

ISSN: 2358-8829

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Currículo, território em disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica: microdados. Brasília, DF: Inep, 2024.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Censo Escolar da Educação Básica: microdados. Brasília, DF: Inep, 2025.

RAMOS, Michael Daian Pacheco. A precarização do trabalho docente na educação do campo. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2020.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2013.